

IAPMEI -Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO CONCURSO DPCP2025CP19

**Aquisição de serviços de Promoção e Divulgação,
Seminários, *DemoDays* e Suporte Logístico**

Maio de 2025

Índice

Artigo 1º - Objeto do Concurso	3
Artigo 2º - Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 3º - Órgão que tomou a Decisão de contratar	3
Artigo 4º - Disponibilização e acesso ao procedimento	3
Artigo 5º - Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais.....	3
Artigo 6º - Preço Base.....	4
Artigo 7º - Critério de Adjudicação	4
Artigo 8º - Modelo de Avaliação das Propostas.....	4
Artigo 9º - Critério de Desempate	8
SECÇÃO III – Propostas	9
Artigo 10º - Modo e Prazo para Apresentação de Propostas.....	9
Artigo 11º - Idioma dos Documentos da Proposta	9
Artigo 12º - Proposta.....	9
Artigo 13º - Documentos que acompanham a Proposta.....	9
Artigo 14º - Proposta com variantes	10
SECÇÃO IV – Análise das Propostas	11
Artigo 15º - Análise das Propostas.....	11
SECÇÃO V – Adjudicação	11
Artigo 16º - Escolha do Adjudicatário	11
Artigo 17º - Notificação da Adjudicação.....	11
SECÇÃO VI – Declarações e Documentos.....	12
Artigo 18º - Documentos de Habilitação	12
Artigo 19º - Caução de Cumprimento	12
SECÇÃO VII – Disposições Finais.....	13
Artigo 21º - Fundamentação da Escolha do Procedimento	13
Artigo 22º - Legislação Aplicável	13
Anexo I	14

SECÇÃO I – Disposições Gerais

Artigo 1º - Objeto do Concurso

Aquisição de Serviços para Promoção e Divulgação, Seminários, *DemoDays* e Suporte Logístico no âmbito do desenvolvimento do Projeto nº 18729 'StartUP Voucher'.

Artigo 2º - Entidade Adjudicante

A entidade Contratante é o IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., adiante designado por IAPMEI, com sede, na Rua dos Salazes, nº 842, no Porto, número de identificação fiscal 501373357, e com as instalações em Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício A, 1649 – 038 Lisboa, endereço eletrónico info@iapmei.pt, telefone (351) 213 83 60 00.

Artigo 3º - Órgão que tomou a Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo do IAPMEI sobre a proposta Nº106/CBS/2025, exarado na deliberação CD/0248/25 de 08 de maio de 2025.

Artigo 4º - Disponibilização e acesso ao procedimento

O presente corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt>.

Artigo 5º - Órgão competente para prestar esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados;

- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

SECÇÃO II – Critério de Adjudicação e Preço Base

Artigo 6º - Preço Base

1. O preço base é de 545 195,12€ (quinhentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e cinco euros e doze cêntimos), aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base foi determinado com base na informação disponível do mercado para serviços de natureza similar aos englobados no objeto do presente procedimento.

Artigo 7º - Critério de Adjudicação

1. Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, a adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade Multifator.
2. Para a determinação do critério de adjudicação, os fatores considerados são:
 - a) Qualidade (Q)
 - b) Equipa Técnica (ET)
 - c) Sustentabilidade Empresarial (SE)

Artigo 8º - Modelo de Avaliação das Propostas

1. Para efeitos do disposto no artigo anterior, e nos termos do nº 2 do artigo nº 74º do CCP, para apreciação das propostas apresentadas a concurso e adjudicação à proposta economicamente mais vantajosa, será adotado o modelo de avaliação baseado na ponderação dos seguintes fatores:
 - a) Qualidade (Q) – 25%;
 - b) Equipa Técnica (ET) – 50%;
 - c) Sustentabilidade Empresarial (SE) – 25%.
2. A valoração no fator Qualidade (Q) corresponderá ao resultado da média aritmética simples da pontuação em cada parâmetro, atribuída numa escala de zero (0) a vinte (20) valores, em que 0

corresponde ao valor mínimo e 20 ao valor máximo da pontuação, a atribuir pelo júri com base na avaliação:

QUALIDADE (Q): Qualidade da proposta relativamente às estratégias e mecanismos para garantir a eficácia da execução dos serviços inerentes ao objeto do presente procedimento.		
Parâmetro	Avaliação	Pontuação
Criatividade e Inovação	A proposta apresenta uma estratégia de diferenciação para o desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> das ações de promoção e divulgação <u>e</u> dos seminários e <i>demodays</i> 	20
	A proposta apresenta uma estratégia de diferenciação para o desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> das ações de promoção e divulgação <u>ou</u> dos seminários e <i>demodays</i>. 	10
	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0
Planeamento, acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia	A proposta apresenta, pelo menos, sete (7) mecanismos e/ou instrumentos específicos para garantir a eficácia da execução dos serviços nas fases de planeamento, acompanhamento, monitorização e avaliação de resultados.	20
	A proposta apresenta, pelo menos, quatro (4) mecanismos e/ou instrumentos específicos para garantir a eficácia da execução dos serviços nas fases de planeamento, acompanhamento, monitorização e avaliação de resultados.	10
	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0

3. A valoração no fator Equipa Técnica (ET) corresponderá ao resultado da média aritmética simples da pontuação em cada parâmetro, atribuída numa escala de zero (0) a vinte (20) valores, em que 0 corresponde ao valor mínimo e 20 ao valor máximo da pontuação, a atribuir pelo júri com base na avaliação:

EQUIPA TÉCNICA (ET): Adequação da equipa técnica permanente a afetar à execução do contrato – obrigatoriamente constituída pelo mínimo de três (3) elementos – considerando a relevância para o projeto dos respetivos níveis de qualificação, áreas de qualificação e da experiência prévia.

Parâmetro	Avaliação	Pontuação
Nível de Qualificação ¹	Três (3) ou mais elementos da equipa permanente possuem nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior.	20
	Dois (2) elementos da equipa permanente possuem nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior.	10
	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0
Área de Qualificação ¹	No seu conjunto, a equipa permanente apresenta um nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior, nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação e/ou Marketing ▪ Gestão 	20
	No seu conjunto, a equipa permanente apresenta um nível de qualificação 6 (Licenciatura) ou superior numa das seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação e/ou Marketing ▪ Gestão 	10
	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0
Experiência	No seu conjunto, a equipa permanente apresenta, no mínimo, cinco (5) anos de experiência relevante para a execução do contrato, obtida desde 2019, inclusive, comprovada com pelo menos cinco (5) evidências de trabalhos, nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação e/ou Marketing ▪ Gestão 	20
	No seu conjunto, a equipa permanente apresenta, no mínimo, três (3) anos de experiência relevante para a execução do contrato, obtida desde 2019, inclusive, comprovada com pelo menos três (3) evidências de trabalhos, nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação e/ou Marketing ▪ Gestão 	10
	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0
¹ De acordo com o Quadro Europeu de Qualificações.		

4. A valoração no fator Sustentabilidade Empresarial (SE) corresponderá ao resultado da média aritmética simples da pontuação em cada parâmetro, atribuída numa escala de zero (0) a vinte (20) valores, em que 0 corresponde ao valor mínimo e 20 ao valor máximo da pontuação, a atribuir pelo júri com base na avaliação:

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (SE): Compromisso empresarial com as práticas sustentáveis.		
Parâmetro	Avaliação	Pontuação
Práticas ambientais sustentáveis	O concorrente implementou, pelo menos, duas (2) práticas ambientais sustentáveis em 2024, aplicáveis aos serviços enquadrados no objeto do presente procedimento, o que comprova com uma (1) evidência de cada prática.	20
	O concorrente implementou, pelo menos, uma (1) prática ambiental sustentável em 2024, aplicável aos serviços enquadrados no objeto do presente procedimento, o que comprova com uma (1) evidência.	10
	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0
Práticas sociais sustentáveis	O concorrente implementou, pelo menos, duas (2) práticas sociais sustentáveis em 2024, aplicáveis aos serviços enquadrados no objeto do presente procedimento, o que comprova com uma (1) evidência de cada prática.	20
	O concorrente implementou, pelo menos, uma (1) prática social sustentável em 2024, aplicável aos serviços enquadrados no objeto do presente procedimento, o que comprova com uma (1) evidência.	10
	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0
Governança corporativa sustentável	O concorrente implementou, pelo menos, duas (2) práticas sustentáveis de governação corporativa em 2024, aplicáveis aos serviços enquadrados no objeto do presente procedimento, o que comprova com uma (1) evidência de cada prática.	20
	O concorrente implementou, pelo menos, uma (1) prática sustentável de governação corporativa em 2024, aplicável aos serviços enquadrados no objeto do presente procedimento, o que comprova com uma (1) evidência.	10

	A proposta não preenche os requisitos para pontuação com 10 ou 20 valores neste parâmetro.	0
--	--	---

5. Para comprovar os requisitos mencionados nos números anteriores, podem ser apresentados portefólios; *links* diretos para sítios da internet de acesso público; relatórios; declarações abonatórias de entidades a quem foram prestados serviços parcial ou totalmente equiparados aos do objeto do presente procedimento, com identificação das partes, data de início e termo do contrato, descrição sumária dos serviços/funções desempenhadas, carimbadas e com nome e cargo do representante que a assina.

6. No âmbito do número anterior, apenas são consideradas como comprovadas as informações acompanhadas de elemento inequívocos da autenticidade da informação apresentada, e desde que das mesmas, em conjunto ou isoladamente, não resulte qualquer dúvida para a entidade adjudicante sobre o atributo em análise.

7. A Pontuação Final (PF) - corresponde ao resultado da soma das pontuações obtidas em cada fator, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação, com a aplicação do seguinte modelo de cálculo a utilizar pelo júri:

$$PF = (Q \times 25\%) + (ET \times 50\%) + (SE \times 25\%)$$

8. O arredondamento dos resultados é considerado até às décimas.

9. Os concorrentes serão ordenados segundo a pontuação final obtida, por ordem decrescente, tendo por base os fatores indicados, sendo ordenada em primeiro lugar a proposta com a maior pontuação final.

Artigo 9º - Critério de Desempate

1. Nos termos do nº 4 do artigo 74º do Código de Contratos Públicos, no pressuposto de empate das propostas após a aplicação do modelo de avaliação, os critérios de desempate utilizados são os seguintes, pela ordem em que são indicados:

- a) Primeiro fator de desempate: a maior pontuação obtida no fator Equipa Técnica
- b) Segundo fator de desempate: a maior pontuação obtida no fator Qualidade
- c) Terceiro fator de desempate: a maior pontuação obtida no fator Sustentabilidade Empresarial

2. Se, da aplicação do critério referido no número anterior, não for possível desempatar as propostas, os concorrentes serão notificados de data e local para a execução de sorteio presencial.

SECÇÃO III – Propostas

Artigo 10º - Modo e Prazo para Apresentação de Propostas

1. As propostas, bem como os documentos que as integram, devem ser apresentados até às 17:00 (dezassete horas) do 30º dia a contar da data de envio do anúncio para o Diário da República.
2. O prazo fixado para a apresentação das propostas é contínuo nos termos do disposto no nº 3 do art.º 470º do Código de Contratos Públicos, a contar da data do envio do anúncio do concurso público aos Serviços das Publicações Oficiais da União Europeia.
3. A proposta deve ser assinada eletronicamente, bem como os documentos que a integra, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos da legislação em vigor, art.º 54º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 11º - Idioma dos Documentos da Proposta

As propostas bem como os documentos que as integram, devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 58º do CCP, contudo, a documentação de carácter eminentemente técnico, nomeadamente, catálogos, certificados, manuais técnicos e similares podem ser apresentados em língua inglesa.

Artigo 12º - Proposta

A proposta, deve ser instruída com os seguintes elementos:

1. O Preço das propostas deve ser indicado em algarismos e por extenso, e ser apresentado em Euros, com duas casas decimais, e sem IVA incluído.
2. As propostas devem ser elaboradas em perfeita conformidade com os Artigos do Caderno de Encargos o que implica o seu conhecimento e a sua aceitação total, a cujo cumprimento se obrigam.
3. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações aos Artigos do Caderno de Encargos.
4. Os Concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo de 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

Artigo 13º - Documentos que acompanham a Proposta

1. Devem acompanhar as propostas os seguintes documentos:

- a) Documento referido na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do CCP;
- b) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) conforme Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016 (Modelo em anexo 4;
- c) Preenchimento da declaração de cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016, em Anexo I ao Programa de Concurso;
- d) Documento no âmbito do fator Qualidade, com a apresentação dos respetivos fundamentos, coerentes com as especificidades do Projeto e comprovativos que evidenciem a capacidade de implementação como, e.g., portefólio de recursos tecnológicos, humanos e parcerias e relatórios de resultados em projetos anteriores.
- e) Documentos correspondentes a cada elemento da equipa permanente a afetar à execução do contrato:
 - i. *Curriculum vitae* com formação e a experiência profissional discriminadas desde 2019 inclusive;
 - ii. Certificados de habilitações literárias ou equiparados;
 - iii. Certificados de qualificações profissionais ou equiparados;
 - iv. Declaração de autorização de utilização dos *curriculum* e de aceitação dos serviços em caso de adjudicação, emitidas pelos membros da equipa;
- f) Lista de práticas sustentáveis em cada uma das dimensões em avaliação – Ambiental, Social e de Governança corporativa – implementadas pelo concorrente, juntamente com os comprovativos que as evidenciem para efeitos de avaliação da respetiva proposta;
- g) Outros documentos probatórios do cumprimento dos requisitos para avaliação dos fatores indicados nos números 2, 3 e 4 do artigo 8º do presente programa do concurso, bem como outros que o concorrente considere indispensáveis e que contenham os atributos da proposta.

Artigo 14º - Proposta com variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes, considerando-se como tal, entre outras, a introdução de alterações às peças do procedimento.
2. O incumprimento do previsto no número anterior é fundamento de exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

SECÇÃO IV – Análise das Propostas

Artigo 15º - Análise das Propostas

1. As propostas admitidas são analisadas tendo em conta os seus atributos, densificados pelos aspetos submetidos à concorrência, termos e condições e demais exigências previstas no caderno de encargos.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do CCP;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto no art.º 49º do CCP;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o preço apresentado seja superior ao preço base;
 - e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
 - g) Que violem o disposto no caderno de encargos e no programa do concurso.

SECÇÃO V – Adjudicação

Artigo 16º - Escolha do Adjudicatário

A escolha do adjudicatário pela entidade competente, feita ao abrigo do disposto no artigo 7º deste Programa do Concurso, terá por base um relatório fundamentado (relatório final) a elaborar pelo júri do concurso, depois de cumpridas as formalidades legais.

Artigo 17º - Notificação da Adjudicação

1. Todos os concorrentes serão notificados em simultâneo da decisão de adjudicação em sede de plataforma electrónica de compras públicas Acingov.
2. Juntamente com a notificação de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81º do CCP;
 - b) Prestar caução nos termos previstos nos artigos 88º a 91º do CCP;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta de contrato;
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

SECÇÃO VI – Declarações e Documentos

Artigo 18º - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do CCP, designadamente:
 - a) Declaração conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b) Certidões, ou disponibilização dos respetivos códigos de acesso para a consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - Situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;
 - Situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social;
 - c) Certidão do registo criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - d) Certidão do registo comercial, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor nomeadamente a forma de obrigar.
2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados na plataforma eletrónica de compras públicas AcinGov.
4. O prazo de cinco dias referido no nº1, poderá ser prorrogado por uma única vez, por um período não superior a 5 dias.

Artigo 19º - Caução de Cumprimento

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações é exigido ao adjudicatário a prestação de uma caução de 1% do total do valor do contrato.

Artigo 20º - Modo de prestação da caução

A caução deverá ser prestada mediante garantia bancária, depósito em dinheiro ou seguro caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no nº 2 do artigo 77º do CCP.

SECÇÃO VII – Disposições Finais

Artigo 21º - Fundamentação da Escolha do Procedimento

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º e dos artigos 130º e seguintes, todos do CCP.

Artigo 22º - Legislação Aplicável

Em tudo o que o Programa do presente concurso for omissa observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.

Anexo I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD) (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, 27 de abril de 2016)

O concorrente (nome) _____, com o NIPC _____, que

apresenta proposta para o Procedimento nº DPCP2025CP19 – ***Aquisição de serviços de Promoção e Divulgação, Seminários, DemoDays e Suporte Logístico, no âmbito do projeto nº18729, ‘StartUp Voucher’.***, para o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. declara que se obriga a cumprir e a fazer cumprir o disposto no Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, que entrou em vigor em 25 de Maio de 2018.

_____, ____ de _____ de 2025.